

Demonstrações financeiras

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

**Em 31 de dezembro de 2016 com Relatório dos Auditores
Independentes sobre as Demonstrações financeiras**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e Acionistas da
MATA DE SANTA GENEVRA TRANSMISSÃO S.A
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **MATA DE SANTA GENEVRA TRANSMISSÃO S.A (COMPANHIA)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **COMPANHIA**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da **COMPANHIA** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração ~~das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia~~ ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

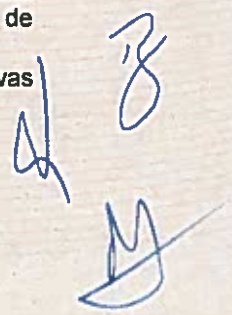
Os responsáveis pela governança da COMPANHIA são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como, obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.





Grupo
MACIEL®

Auditoria, Consultoria, Perícia e Assessoria

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, RS, 19 de janeiro de 2017.

MACIEL AUDITORES S/S
CRC RS 5.460
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
CRC RS - 71.505
Sócio Responsável Técnico

ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO
CRC RS - 65.932
Sócia Responsável Técnica

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.
Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras	1
Balanço patrimonial	2
Demonstrações do resultado do período	3
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	4
Demonstrações dos fluxos de caixa	5
Demonstração do valor adicionado.....	6
Notas explicativas às Demonstrações financeiras	7

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.
Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em reais)

<u>ATIVO</u>	<u>Notas</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	47.791.568	214.326.373
Impostos a recuperar	6	10.853.565	5.980.186
Despesas pagas antecipadamente	8	513.645	426.921
Outros créditos		850	72.835
Total do ativo circulante		59.159.628	220.806.315
NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber - Ativo financeiro indenizável	9	952.238.070	382.001.165
Tributos diferidos	7	38.588.909	8.978.830
Despesas pagas antecipadamente	8	50.488	175.848
Imobilizado líquido	10	224.552	243.255
Intangível		68.283	61.095
Total do ativo não circulante		991.170.302	391.460.193
TOTAL DO ATIVO		1.050.329.930	612.266.508
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	11	31.718.186	61.284.271
Debêntures	12	489.016.747	489.732.234
Salários e encargos		209.074	129.891
Impostos e contribuições sociais		2.407.034	881.244
Outros passivos circulantes		-	251
Total do passivo circulante		523.351.041	552.027.891
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	33.426.863	6.540.515
Total do passivo não circulante		33.426.863	6.540.515
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	14	475.000.000	60.000.000
Prejuízo acumulado do exercício anterior		(6.301.898)	(6.301.898)
Prejuízo acumulado		(5.146.076)	-
Adiantamento para futura integralização de Capital		30.000.000	-
Total do patrimônio líquido		493.552.026	53.698.102
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.050.329.930	612.266.508


Maurício Silveira Fernandes
Diretor Financeiro



Wellington Fernando Lourenço
Diretor de Administração e Compliance


Ronaldo Borges Andrade
Contador - CRC RJ 01-051927/O-8


As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.
Demonstração dos resultados dos exercícios findos em
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA		570.236.905	320.947.614
Custo de Construção	15	(491.088.833)	(303.279.503)
LUCRO BRUTO		<u>79.148.071</u>	<u>17.668.111</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal		(4.059.168)	(3.177.546)
Materiais		(122.260)	(43.560)
Serviços de terceiros		(2.074.147)	(1.680.140)
Tributos		(406.587)	(14.668)
Arrendamentos e aluguéis		(38.853)	(311.386)
Seguros		(17.644)	
Depreciação		(44.315)	(73.567)
Total		<u>(6.762.974)</u>	<u>(5.300.868)</u>
LUCRO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		<u>72.385.097</u>	<u>12.367.243</u>
RECEITAS FINANCEIRAS			
Rendas sobre aplicações financeiras		13.231.580	32.026.301
Outras receitas financeiras		1.040.541	16.715
TRIBUTOS SOBRE RECEITAS FINANCEIRAS			
Pis		(91.998)	(165.191)
Cofins		(566.142)	(1.016.557)
DESPESAS FINANCEIRAS			
Juros e multas		(448.437)	-
Juros sobre empréstimos		(82.146.763)	-
Despesas com empréstimos		(10.578.613)	-
Despesas financeiras		(695.071)	(49.667.916)
Total		<u>(80.254.904)</u>	<u>(18.806.648)</u>
LUCRO/PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(7.869.807)</u>	<u>(6.439.404)</u>
Imposto de renda diferido		2.015.449	1.792.879
Contribuição social diferida		708.282	645.436
Total		<u>2.723.731</u>	<u>2.438.315</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(5.146.076)</u>	<u>(4.001.089)</u>


Maurício Silveira Fernandes
Diretor Financeiro


Wellington Fernando Lourenço
Diretor de Administração e Compliance


Ronaldo Borges Andrade
Contador - CRC RJ-01-061927/O-8

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes dos exercícios findos em
31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em reais)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro/Prejuízo do período	(5.146.076)	(4.001.089)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes do período	<u>(5.146.076)</u>	<u>(4.001.089)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido em
31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em reais)

	<u>Capital social</u>	<u>AFAC</u>	<u>Prejuízo acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	54.500.000	-	(2.300.809)	52.199.191
Integralização de capital com emissão de 5 500 000 ações em 08/05/2015	5 500 000	-	-	5 500 000
Prejuízo do exercício	-	-	(4 001.089)	(4.001.089)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	60.000.000	-	(6.301.898)	53.698.102
Integralização de capital com emissão de 50 000 000 ações em 29/04/2016	50 000 000	-	-	50 000 000
Integralização de capital com emissão de 190 000 000 ações em 30/06/2016	190 000 000	-	-	190 000 000
Integralização de capital com emissão de 70 000 000 ações em 10/10/2016	70 000 000	-	-	70 000 000
Integralização de capital com emissão de 25 000 000 ações em 09/11/2016	25 000 000	-	-	25 000 000
Integralização de capital com emissão de 80 000 000 ações em 19/12/2016	80 000 000	-	-	80 000 000
Adiantamento para futuro aumento de capital em 29/12/2016	-	30.000.000	-	30.000.000
Prejuízo do exercício	-	-	(5 146 076)	(5 146 076)
SALDOS EM 30 DE NOVEMBRO DE 2016	475.000.000	30.000.000	(11.447.974)	493.552.026

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto
Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)


	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(5.146.076)	(6.439.404)
Ajuste de Itens que não causaram impacto no caixa		
Remuneração dos ativos de concessão	(79.148.071)	(17.668.111)
Impostos diferidos	(2.723.731)	-
Depreciação	44.315	73.567
	<u>(86.973.563)</u>	<u>(24.033.948)</u>
Aumento/Redução de Ativos e Passivos		
Impostos a compensar	(4.873.379)	(5.912.239)
Despesas pagas antecipadamente	38.636	(176.200)
Outros ativos circulantes	71.985	(60.337)
Fornecedores	(29.566.085)	61.284.271
Impostos e contribuições sociais	1.525.790	532.347
Salários e encargos	79.183	59.466
Outros passivos circulantes	(251)	251
Caixa Líquido consumido (gerado) pelas atividades operacionais	<u>(119.697.684)</u>	<u>31.693.611</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Acréscimo de imobilizado	(32.800)	(81.799)
Ativo Financeiro Indenizável	<u>(491.088.835)</u>	<u>(303.279.502)</u>
Caixa Líquido consumido pelas atividades de Investimento	<u>(491.121.635)</u>	<u>(303.361.301)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de Capital	415.000.000	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	30.000.000	-
Emissão de debêntures	(715.487)	440.175.024
Encargo sobre empréstimos	-	5.500.000
Caixa Líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>444.284.513</u>	<u>445.675.024</u>
Aumento (Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>(166.534.805)</u>	<u>174.007.334</u>
Início do Exercício	214.326.373	40.319.039
Final do Exercício	<u>47.791.568</u>	<u>214.326.373</u>
Aumento (Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>(166.534.805)</u>	<u>174.007.334</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.
Demonstração dos valores adicionados
Nos exercícios de 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
RECEITA		
Receita	570.236.905	303.279.503
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custo	(491.088.833)	(303.279.503)
Serviços	(2.074.147)	(1.680.140)
Arrendamento e aluguéis	(38.853)	(311.386)
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>77.035.071</u>	<u>(1.991.526)</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Resultado Financeiro	(80.254.904)	(1.138.537)
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>(3.219.833)</u>	<u>(3.130.062)</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal	4.059.168	3.177.546
Tributos	(2.317.143)	(2.423.647)
Despesas administrativas	17.644	43.560
Depreciação	166.575	73.567
Lucro/Prejuízo do período	(5.146.076)	(4.001.089)
TOTAL	<u>(3.219.833)</u>	<u>(3.130.062)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em reais)

1. Informações gerais

A Mata de Santa Genebra Transmissão S.A. ("Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, com depósito inicial para formação do capital social em 10 de janeiro de 2014, estabelecida na Rua Real Grandeza, nº 274, parte, Botafogo, Rio de Janeiro - RJ. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico – SPE e tem por objeto social a implantação e exploração de empreendimento composto de instalações de transmissão de energia elétrica associado e demais obras complementares, conforme descrito no Edital de Leilão n.º 07/2013-ANEEL-Lote A nos estados de São Paulo e Paraná.

A atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1 Da Concessão

A Mata de Santa Genebra Transmissão S.A. arrematou o Lote A do leilão n.º 07/2013 ANEEL realizado em novembro de 2013. O escopo desse leilão foi composto pelas seguintes instalações nos estados de São Paulo e Paraná: (a) LT 500kV Itatiba – Bateias, 399 km; (b) LT 500kV Araraquara 2 – Itatiba, 207 km; (c) LT 500kV Araraquara 2 – Fernão Dias, 241 km; (d) SE Santa Bárbara D'Oeste 440 kV, Compensador Estático (-300, +300) Mvar; (e) SE Itatiba 500 kV, Compensador Estático (-300, +300) Mvar; e (f) SE 500/440 kV Fernão Dias (9+1R) X 400 MVA.

O Aviso de Homologação e Adjudicação do Leilão N.º 7/2013-ANEEL, foi publicado no Diário Oficial da União em 24 de março de 2013. O Contrato de Concessão n.º 01/2014 foi assinado em 14/05/2014 com a ANEEL, pelo prazo de 30 anos, prevê a entrada em operação comercial em 42 meses após a sua celebração, com exceção dos 2º e 3º bancos de autotransformadores da SE Fernão Dias, cujo prazo é de 48 meses.

1.2 Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI, junto às Autoridades Governamentais competentes.

A Companhia, por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI (instituído pela Lei nº 11.488/2007) junto as Autoridades Governamentais competentes, que concede o benefício fiscal da suspensão da contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público PIS/PASEP e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (mercado interno e importação) na aquisição de bens ou materiais de construção de obras de infraestrutura que serão convertidas ao custo dos bens da concessão, a alíquota zero.

2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e com outras normas emitidas pela ANEEL, especificamente para as concessionárias do setor elétrico brasileiro, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto para os instrumentos financeiros.

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em reais)

A preparação das Demonstrações Financeiras exige que a Administração faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis, conforme detalhado na nota 3.12.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração revisa suas estimativas anualmente.

As demonstrações financeiras da Companhia para o período findo em 31 de dezembro de 2016, foram autorizadas pela Diretoria da empresa em 31 de janeiro de 2017.

3. Práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

3.1 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

3.2 Receita Operacional

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

3.3 Receita de Construção

A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas.

3.4 Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

3.5 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em reais)

a) Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e ativo financeiro da concessão.

b) Passivos financeiros

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são referentes a emissão de debêntures e demais contas a pagar. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

c) Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

3.6 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.7 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.8 Tributação

A receita será recebida pela prestação de serviço de transmissão e estará sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições:

- ▶ Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Programa de Integração Social (PIS) às alíquotas de 7,6% e 1,65%;
- ▶ Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) mensal fixada pelos Despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL.

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em reais)

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

3.9 Ativo financeiro da concessão

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado).

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo financeiro excede o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que enquanto os registros contábeis estão a custo histórico a base de cálculo da amortização regulatória corresponde aos ativos avaliados a valor novo de reposição. Contudo, a fim de corroborar seu entendimento a Companhia efetua anualmente o teste de recuperabilidade utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos resultando um valor superior àquele registrado contabilmente.

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados pelas distribuidoras e transmissoras de energia e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Estas contas a receber são classificadas entre curto e longo prazo considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

3.10 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em reais)

3.11 Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia prevê que, do lucro líquido do exercício serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, 5% (cinco por cento) na constituição de Reserva Legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. Em seguida, ainda do lucro líquido serão destacados, caso necessário, os valores destinados à formação de Reservas para Contingências e a de Lucros a Realizar, consoante o disposto no art. 202, incisos I, II e III da Lei 6.404/76. Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício será distribuído aos acionistas dividendos não inferiores a 25% (vinte e cinco por cento). Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete à Assembleia de Acionistas deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido.

3.12 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em reais)

interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Julgamento significativo da Administração da Companhia é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Outras provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.13 Compromissos com o meio ambiente

Medidas compensatórias - O valor da compensação ambiental da Companhia ainda não foi oficialmente definido pelos Órgãos Ambientais pertinentes, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.985/00 e no Decreto nº 6.848/09.

3.14 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3.15 Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

4. Adoção de novos pronunciamentos contábeis

(i) A seguir apresentamos os pronunciamentos novos ou revisados que ainda não estão em vigor e serão efetivos nos próximos exercícios sociais:

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros - reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures, emitido em março de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2018. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de hedges e provisão para perdas de ativos financeiros.
- IFRS 15 Receitas de contratos com clientes – O principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis, esta norma tem previsão de vigência a partir de 01 de janeiro de 2017. A Companhia não espera que esta norma produza impactos relevantes em suas demonstrações contábeis.
- A Companhia não espera que estas normas produzam impactos relevantes em suas demonstrações contábeis.

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em reais)

(ii) E ainda existem assuntos contábeis de interesse brasileiro que não interferem nas normas internacionais. Estes Pronunciamentos já estão substancialmente desenvolvidos, aguardando discussão com reguladores (Comissão de Valores Mobiliários – CVM), que são os seguintes:

- Combinação de Demonstrações Contábeis (CPC 44) – As demonstrações contábeis combinadas representam a aglutinação de demonstrações contábeis individuais de determinadas entidades, todas sob controle ou administração comum.
- Demonstrações Contábeis Pró-forma (OCPC 06) – Este Procedimento estabelece os critérios para compilação, elaboração e formatação de Informações Financeiras Pró-forma que só podem ser apresentadas quando assim forem qualificadas e desde que o propósito seja devidamente justificado em nota explicativa, como, por exemplo, em casos de reestruturações societárias, aquisições, vendas ou cisões de negócios.

Não existem outras normas IFRS que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e Bancos conta movimento	1.683	2.036
Aplicações financeiras – BB CP Corp 10Milh (a)	47.584.885	210.706.259
Aplicações automáticas Itaú (b)	203.015	10.357
Aplicações financeiras – Fundos de Investimento Itaú (c)	-	3.505.785
Rendas a receber	1.985	101.936
Total	<u>47.791.588</u>	<u>214.326.373</u>

(a) Os investimentos no Banco do Brasil são realizados através do Fundo RF CP 10 Milhões, caracterizado como baixo risco, taxa de administração de 0,2% a.a. e rentabilidade acumulada até dezembro/16 de 13,73% (equivalente a 98,17% do CDI).

(b) As aplicações automáticas no Banco Itaú possuem rendimentos diários.

(c) O fundo aplica seus recursos em FIs, que apresentem carteira composta, isolada ou cumulativamente, por títulos públicos federais, indexados à CDI/SELIC ou prefixados, desde que indexados e/ou sintetizados para CDI/SELIC, ou por operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais.

No dia 25 de fevereiro de 2016, o saldo desta aplicação financeira foi resgatado integralmente.

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em reais)

6. Impostos a recuperar

O saldo de R\$ 10.853.565 (R\$ 5.980.186, em 31 de dezembro de 2015), refere-se ao imposto de renda retido sobre os resgates de aplicações financeiras e impostos recolhidos com divergência, adicionado à correção monetária, com base na taxa Selic vigente no mês. Este saldo é atualizado com base na SELIC, podendo ser compensado com tributos federais apurados durante o período de operação da Empresa.

7. Tributos diferidos

A constituição do ativo fiscal diferido está baseada em estudo técnico quanto à expectativa de realização de créditos tributários gerados, pelo diferimento do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o prejuízo fiscal.

SALDO EM 31/12/2015	BASE (PREJUÍZO FISCAL)	IR 25%	CSLL 9%	SALDO EM 31/12/2016
8.978.830	87.017.878	21.778.469	7.831.609	38.588.909

8. Despesas pagas antecipadamente

O saldo registrado nesta rubrica, refere-se a:

		31/12/2016	31/12/2015
Seguros	(a)	262.573	301.209
Custo de transação a amortizar	(b)	301.560	301.560
		564.133	602.769

- a) Apólice de seguros paga por determinação do contrato com o poder concedente, em garantia do cumprimento do contrato de construção da linha de transmissão, e, contratação de seguro de Responsabilidade Civil de Conselheiros, Diretores e/ou Administradores de Sociedade Comercial com abrangência no Brasil.
- b) Despesas antecipadas para tomada de empréstimos, referente à comissão de estudos do BNDES e taxa Cetip.

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em reais)

Mutação de despesas pagas antecipadamente

Saldo inicial 31/12/2015	Adição	Amortização	Saldo Final 31/12/2016
602.769	140.000	(178.636)	564.133

Segregação entre curto e longo prazo

	31/12/2016
Curto prazo	513.646
Longo prazo	50.488
Total	<u>564.133</u>

9. Contas a receber - Ativo financeiro indenizável

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais serviços o operador deve prestar.
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede.
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização a ser efetuada pela União (Poder Concedente - Outorgante).
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela remuneração anual permitida (RAP), parcela garantida pelo poder concedente para remunerar o operador privado. Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de serviço de transmissão de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da ICPC 01 (R1), a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão, abrangendo:
 - (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro da concessão por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro da concessão diretamente do poder concedente.
 - (b) Parcela referente à recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicional pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. É mensurado pelo método de fluxos de caixa futuros estimados da parcela especificada na composição da tarifa de cobrança (RAP) pela construção e melhorias da rede de transmissão, descontados pela taxa interna de retorno do projeto.

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em reais)

- (c) Reconhecimento da receita de operação e manutenção em montante suficiente para fazer face aos custos para cumprimento das obrigações de operação e manutenção previstas em contrato de concessão.
- (d) Reconhecimento da receita financeira sobre os direitos de recebíveis junto ao poder concedente decorrente da remuneração pela taxa interna de retorno do projeto.

A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS, conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ele designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

O montante total a receber acumulado em 31 de dezembro de 2016, é de R\$ 952.238.070 (R\$ 382.001.165, em 31 de dezembro de 2015), classificado no ativo não circulante e está composto como se segue:

Ativo Financeiro	31/12/2016	31/12/2015
Edificações e obras civis	230.523.750	44.967.060
Máquinas e equipamentos	377.208.869	189.682.197
Indenizações nas servidões	88.758.018	9.936.176
Pessoal	5.606.635	3.217.261
Serviços de terceiros	59.672.290	33.784.845
Arrendamentos e aluguéis	754.534	-
Seguros	393.853	232.862
Tributos	398.325	323.305
Adiantamentos a fornecedores	91.664.539	82.140.626
Compartilhamento de custos	418.552	-
Remuneração dos ativos de concessão	96.816.182	17.668.111
Outros	22.521	48.722
	952.238.070	382.001.165

Os valores referentes a adiantamento a fornecedores referem-se a eventos pagos, previstos através de cláusula contratual comprovados através das medições e desenvolvimento dos cronogramas.

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em reais)

10. Ativo imobilizado

O saldo do ativo imobilizado no valor de R\$ 224.552 (R\$ 243.255, em 31 de dezembro de 2015), refere-se a equipamentos de informática, móveis e utensílios adquiridos no fim do ano de 2014 e nos períodos de 2015 e 2016, depreciados a partir do primeiro mês em que os itens são utilizados.

Imobilizado em Serviço	TAXA DE DEPRECIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015
Móveis e utensílios	10%	47.948	40.703
Equipamentos de informática	20%	290.930	276.119
Depreciação		(114.326)	(73.567)
		224.552	243.255

Movimentação do imobilizado

	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2016
Móveis e utensílios	40.703	15.099	(7.854)	47.948
Equipamentos de informática	276.119	54.273	(39.462)	290.930
Depreciação	(73.567)	(40.759)	-	(114.326)
Total	243.255	28.614	(47.316)	224.552

11. Fornecedores

O saldo de fornecedores está composto como se segue:

	31/12/2016	31/12/2015
CONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S.A.	1.370.990	-
AVALICON ENGENHARIA LTDA.	406.190	455.390
TABOCAS PARTICIPAÇÕES EMPREENDIMENTOS S.A.	11.242.925	552.316
ETE CONSTRUÇÕES E MONTAGENS ELÉTRICAS LTDA.	3.638.541	-
SÃO SIMÃO MONTAGENS E SERVIÇOS LTDA.	6.715.043	551.816
ALSTOM GRID ENERGIA LTDA.	9.110	27.371.248
NEXANS BRASIL S.A.	-	30.137.166
SISTEMA PRI ENGENHARIA LTDA.	207.058	1.632.093
ELECNOR DO BRASIL LTDA.	8.008.835	371.604
PROJEL ENGENHARIA ESPECIALIZADA LTDA.	108.948	118.553
FORNECEDORES DIVERSOS	10.547	94.084
	31.718.186	61.284.271

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em reais)

12. Debêntures

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de setembro de 2014 (AGE), os acionistas da Companhia aprovaram a realização da 1ª emissão de debêntures simples, nominativas e escritural, não conversíveis em ações, em três séries, com garantia real, com garantia fidejussória adicional, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (ICVM), perfazendo o total de R\$ 469.000.000 (quatrocentos e sessenta e nove milhões), na data da emissão.

As debêntures foram subscritas em sua totalidade na data de emissão e foram integralizadas, a 1ª série no valor de R\$48.000.000 (quarenta e oito milhões de reais) em setembro de 2014, a 2ª série no valor de R\$ 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões de reais) em janeiro de 2015 e a terceira série no valor de R\$ 171.000.000 (cento e setenta e um milhões) em abril de 2015.

Data da emissão da 1ª série: 12 de setembro de 2014

Vencimento: 18 meses da data de emissão

Forma de subscrição e Integralização: A qualquer tempo via CETIP

Remuneração: 100% do CDI acrescido de sobretaxa de 1,65% a.a.

Ano base: 252 dias úteis

Destinação dos recursos: Compra de equipamentos, financiamento de construção de linhas de transmissão e subestações

Intervenientes garantidores: Companhia Paranaense de Energia - COPEL na proporção de 50,1%, e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás na proporção de 49,9%

Banco liquidante: Banco Santander

Em 11 de março de 2015, a empresa efetuou o pagamento dos juros, referente à 1ª série, da 1ª emissão de debêntures, cujo valor totalizou R\$ 2.794.866 (dois milhões, setecentos e noventa e quatro mil e oitocentos e sessenta e seis reais).

Em 20 de maio de 2015, foram integralizadas a 2ª e 3ª séries de debêntures, cujos valores foram de R\$ 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões) e R\$ 171.000.000 (cento e setenta e um milhões), respectivamente.

Em 11 de setembro de 2015, a empresa efetuou o pagamento dos juros, referente à 1ª, 2ª e 3ª séries da 1ª emissão de debentures, cujo valor totalizou R\$ 23.685.893 (vinte e três milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil e oitocentos e noventa e três reais).

Em 19 de fevereiro de 2016, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária de Debenturistas (AGD), prorrogando a data de vencimento da emissão das debentures para 31 de dezembro de 2016, alterando: (i) os juros remuneratórios de CDI + 1,65% a.a. para 100% da variação da Taxa DI, acrescida de uma sobretaxa de 4,10% a.a., a partir da data de assinatura do Aditamento e, conseqüentemente, das datas de pagamento dos juros remuneratórios; (ii) além das garantias fidejussórias constantes na Escritura de Emissão, inclui as seguintes garantias adicionais: (ii.a) alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Companhia, de titularidade da Copel Geração e Transmissão S.A. e Furnas Centrais Elétricas S.A.; e (ii.b) – cessão fiduciária de direitos emergentes da Companhia decorrentes do Contrato de Concessão nº 01/2014 – ANEEL; (iii) alteração das datas e respectivos prêmios do Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido na Escritura de Emissão).

Em 25 e 26 de fevereiro de 2016, a empresa efetuou o pagamento de juros referentes à 1ª, 2ª e 3ª séries da 1ª emissão de debentures, cujo valor totalizou R\$ 32.311.808 (Trinta e dois milhões, trezentos e onze mil e oitocentos e oito Reais).

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em reais)

Na Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 23 de setembro de 2016 (AGE), os acionistas da Companhia aprovaram o Quarto Aditamento à Escritura de Emissão, para fins de prorrogação da data de vencimento das Debentures para 30 de junho de 2017, e, exclui a previsão de pagamento de Prêmio nas hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo e Resgate Antecipado Obrigatório.

Em 29 de setembro de 2016, a empresa efetuou o pagamento de um prêmio no valor de R\$ 3.445.202, aos debenturistas da 1ª e 3ª séries e, programou para 5 de janeiro de 2017, o pagamento do prêmio no valor de R\$ 3.932.879 (Três milhões e novecentos e trinta e dois mil e oitocentos e setenta e nove reais), para os debenturistas da 2ª emissão.

Em 30 de setembro de 2016, a empresa efetuou o pagamento de juros referentes à 1º, 2º e 3º séries da 1º emissão de debentures, cujo valor totalizou R\$ 51.024.169 (Cinquenta e um milhões, vinte e quatro mil e cento e sessenta e nove reais).

O saldo atualizado da 1º emissão de debentures, em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 489.016.747 (quatrocentos e oitenta e nove milhões, dezesseis mil, setecentos e quarenta e sete reais), líquido de custos de transação. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo líquido das debentures era de R\$ 489.732.234 (Quatrocentos e oitenta e nove milhões, setecentos e trinta e dois mil e duzentos e trinta e quatro reais).

Custo de transação das debêntures

A partir do mês de maio de 2015, a Companhia incorreu em custos necessários para a liberação da 2ª e 3ª emissões das debêntures, totalizando o valor de R\$ 775.191. A amortização destes valores com o reconhecimento no custo da construção, conforme CPC 20 R1, é realizada mensalmente, a partir do mês de junho, considerando o período de vencimento das debêntures de 18 meses, encerrando em novembro de 2016.

13. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os impostos sobre a renda diferidos são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de renda diferido foi apurado sobre o lucro tributável, ajustado pelas diferenças temporais pela alíquota de 15%, considerando o adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240.000 no período de 12 meses, enquanto que a CSLL está constituída à alíquota de 9% sobre o lucro tributável, ajustado pelas diferenças temporais, reconhecidos pelo regime de competência.

A demonstração dos tributos e contribuições diferidos é a seguinte:

SALDO EM	BASE (REMUNERAÇÃO DOS	IR	CSLL	SALDO EM
31/12/2015	ATIVOS DE CONCESSÃO)	25%	9%	31/12/2016
6.540.515	79.148.071	19.763.022	7.123.326	33.426.863

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em reais)

14. Patrimônio líquido

Capital social

Em 10 de janeiro de 2014, através da Assembleia Geral de Constituição, foi integralizado o capital social no valor de R\$ 1.000, proporcional a participação acionária de cada sócio, com a emissão de 1.000 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 21 de março e 11 de abril de 2014 através da 2ª Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de março de 2014, os acionistas efetuaram a integralização do capital no valor de R\$ 29.999.000 (vinte e nove milhões, novecentos e noventa e nove mil de reais), com a emissão de 29.999.000 (vinte e nove milhões, novecentos e noventa e nove mil) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, ao preço unitário de R\$1.

Em 30 de julho de 2014 através da 8ª RCA - Ata de Reunião do Conselho de Administração, realizada em 22 de julho de 2014, os acionistas efetuaram a integralização do capital no valor de R\$ 4.500.000 (quatro milhões e quinhentos mil reais), com a emissão de 4.500.000 (Quatro milhões e quinhentas mil) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, ao preço unitário de R\$1.

Em 25 de agosto de 2014 através da 14ª RCA - Ata de Reunião do Conselho de Administração, realizada em 27 de outubro de 2014, os acionistas efetuaram a integralização do capital no valor de R\$ 20.000.000 (vinte milhões de reais), com a emissão de 20.000.000 (vinte milhões) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, ao preço unitário de R\$1.

Em 08 de maio de 2015 através da 23ª RCA - Ata de Reunião do Conselho de Administração, realizada em 15 de abril de 2015, os acionistas efetuaram a integralização do capital no valor de R\$ 5.500.000 (cinco milhões e quinhentos mil reais), com a emissão de 5.500.000 (cinco milhões e quinhentos mil) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, ao preço unitário de R\$1.

Em 29 de abril de 2016 através da 38ª RCA - Ata de Reunião do Conselho de Administração, realizada em 04 de março de 2016, os acionistas efetuaram a integralização do capital no valor de R\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de reais), com a emissão de 50.000.000 (cinquenta milhões) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, ao preço unitário de R\$1.

Em 27 e 30 de junho de 2016 através da 40ª RCA - Ata de Reunião do Conselho de Administração, realizada em 18 de abril de 2016, os acionistas efetuaram a integralização do capital no valor de R\$ 190.000.000 (cento e noventa milhões de reais), com a emissão de 190.000.000 (cento e noventa milhões) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, ao preço unitário de R\$1.

Em 10 de outubro de 2016 através da 50ª RCA - Ata de Reunião do Conselho de Administração, realizada em 20 de setembro de 2016, os acionistas efetuaram a integralização do capital no valor de R\$ 70.000.000 (setenta milhões de reais), com a emissão de 70.000.000 (setenta milhões) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, ao preço unitário de R\$1.

Em 09 de novembro de 2016 através da 50ª RCA - Ata de Reunião do Conselho de Administração, realizada em 20 de setembro de 2016, os acionistas efetuaram a integralização do capital no valor de R\$ 25.000.000 (vinte e cinco milhões de reais), com a emissão de 25.000.000 (vinte e cinco milhões) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, ao preço unitário de R\$1.

Em 29 de novembro de 2016, foi aprovado através da 53ª RCA - Reunião do Conselho de Administração, a integralização do capital no valor de R\$ 125.000.000 (cento e vinte e cinco milhões de reais), com a emissão de 125.000.000 (cento e vinte e cinco milhões) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, ao preço unitário de R\$1, conforme Boletim de Subscrição de Ações datado para 04 de janeiro de 2017.

Em 19 de dezembro de 2016 através da 53ª RCA - Ata de Reunião do Conselho de Administração, realizada em 29 de novembro de 2016, os acionistas efetuaram a integralização do capital no valor de

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em reais)

R\$ 80.000.000 (oitenta milhões de reais), com a emissão de 80.000.000 (oitenta milhões) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, ao preço unitário de R\$1.

A acionista Furnas, com base nesta RCA, efetuou um Adiantamento para Futura Integralização de Capital (AFAC), em 29 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 30.000.000 (trinta milhões).

Em 31 de dezembro de 2016, a composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

ACIONISTA	AÇÕES ORDINÁRIAS	PERCENTUAL
COPEL Geração e Transmissão S.A.	237.975.000	50,10%
Furnas Centrais Elétricas S.A.	237.025.000	49,90%
TOTAL	475.000.000	100,00%

15. Custo de construção

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Edificações e obras civis	(185.556.690)	(27.039.910)
Máquinas e equipamentos	(187.526.672)	(189.682.197)
Indenizações nas servidões	(78.821.843)	(9.936.176)
Pessoal	(2.389.374)	(1.740.208)
Serviços de terceiros	(25.887.445)	(23.713.380)
Arrendamentos e aluguéis	(169.232)	-
Seguros	(160.992)	-
Tributos	(75.020)	(288.038)
Resultado financeiro	-	1.059.286
Adiantamentos a fornecedores	(9.523.914)	(51.883.210)
Compartilhamento de custos	(960.113)	-
Outros	(17.539)	(55.670)
	<u>(491.088.833)</u>	<u>(303.279.503)</u>

Os valores dos resultados financeiros que referem-se aos encargos sobre empréstimos e as receitas de aplicações financeiras, que estão representados no grupo de Resultado financeiro acima, relacionadas a parcela dos financiamentos que ficaram aplicados no mercado financeiro, até a data da utilização, estavam sendo reconhecidas no Ativo Financeiro, e não no resultado conforme requerido pela Interpretação Técnica – ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão.

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em reais)

16. Transações com partes relacionadas

Remuneração de administradores

No período de janeiro a dezembro de 2016 a remuneração dos administradores incluindo benefícios, foi de R\$1.812.044 (R\$970.971 em 2015).

17. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição de preços e moedas. A Companhia não pactuou contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

Riscos ambientais

As atividades do setor de energia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente, causar degradação ambiental, o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa.

Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas, mas a Companhia procura assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas a serem observadas nas operações, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável de seu negócio.

Avaliação dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, financiamentos e empréstimos, apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em reais)

18. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2016, a classificação dos ativos financeiros por categoria é a seguinte:

Ativos financeiros	31/12/2016			31/12/2015
	Recebíveis	A valor justo por meio do resultado	Total	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	47.791.568	47.791.568	214.326.373
Impostos a recuperar	10.853.565	-	10.853.565	5.980.186
Despesas pagas antecipadamente	564.133	-	564.133	602.769
Ativo financeiro indenizável	952.238.070	-	952.238.070	382.001.165
	963.655.768	47.791.568	1.011.447.336	602.910.493

O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável.

Passivos financeiros	31/12/2016			31/12/2015
	Exigibilidades	A valor justo por meio do resultado	Total	Total
Fornecedores	31.718.186	-	31.718.186	61.284.271
Salários e encargos	209.074	-	209.074	129.891
Impostos e contribuições a recolher	2.407.034	-	2.407.034	881.244
Debêntures	-	489.016.747	489.016.747	489.732.234
Impostos diferidos	33.426.863	-	33.426.863	6.540.515
	67.761.157	489.016.747	556.777.904	558.568.155

Os valores justos das exigibilidades não diferem dos saldos contábeis, sendo os valores ajustados pela provisão de encargos.